

# O EMPREENDEDORISMO FEMININO EM FACE DA ATUAL REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Josiane Elita ROSA<sup>1</sup>

Silvia Helena MANFRI<sup>2</sup>

**RESUMO:** A finalidade deste trabalho é discorrer sobre o empreendedorismo feminino, mostrando as características das mulheres empreendedoras do Conjunto Habitacional João domingos Netto. É pertinente analisar, dentro do atual contexto da reestruturação produtiva, uma nova dinâmica social representada pelo empreendedorismo feminino, que se figura como uma tendência marcante de feminização da atividade produtiva. A compreensão da importância que representam as novas formas de empreendedorismo feminino para o desenvolvimento sócio-econômico local deve perpassar pela atuação das mulheres como agente de transformação e que buscam mecanismos para reverter o panorama de precarização do trabalho feminino. Neste sentido, é fundamental a participação do poder público ao traçar políticas que observem as ações das mulheres neste contexto, uma vez que ao incorporar a ideologia do empreendedorismo, um número cada vez maior de mulheres passa a atuar no mundo dos negócios, pois acreditam ser um cenário propício para a ação empreendedora e buscam, por meio disto, formas alternativas para geração de renda e sustento familiar.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Mulher empreendedora. Reestruturação produtiva. Trabalho.

## 1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é discorrer sobre o empreendedorismo feminino, mostrando as características das mulheres empreendedoras do Conjunto Habitacional João domingos Netto, mostrando os desafios enfrentados em sua liderança.

---

<sup>1</sup> Discente do 8º termos de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: josianeerosa@outlook.com com Estagiaria Trevisan Assessoria e consultoria

<sup>2</sup> Docente do 8º termo de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: [silviamanfrin@toledoprudente.edu.br](mailto:silviamanfrin@toledoprudente.edu.br) Orientadora do trabalho .

Não é de hoje que as mulheres vêm buscando seu espaço no mercado de trabalho, atualmente essas buscas se tornaram mais fáceis, devido às grandes conquistas decorridas ao passar dos anos. Porém, com este amplo crescimento e competitividade no mercado de trabalho, crescem também os desafios para estas profissionais, baseado nisto o tema foi proposto.

O qual busca identificar quais são os desafios enfrentados pelas chefes de famílias femininas, que variam desde equilibrar os papéis em casa e no trabalho, a necessidade de mostrar capacidade de executar as tarefas com eficiência e eficácia, além de ter espírito de liderança e confiança em sua equipe, não esquecendo o desafio de encarar um ambiente que há muito tempo era dominado por homens.

A mulher ocupando uma posição de líder hoje em dia, é em muitos casos considerado mais eficiente, pois as características que a mesma obtém não se desenvolvem rapidamente e facilmente nos homens como: sensibilidade, empatia, e atenção aos detalhes. Esses fatores estão contribuindo para se quebrar tabus que beneficiavam a exclusão da mulher no mercado de trabalho e em cargos de liderança como: divisão de responsabilidades e tempo com a família, filhos e a vida pessoal.

Antes do século XX, as mulheres enfrentavam barreiras impostas pelo machismo, pois apenas eram instruídas a serem donas de casa, a cuidarem de seus maridos e filhos. Não imaginariam chegar ao espaço hoje alcançado.

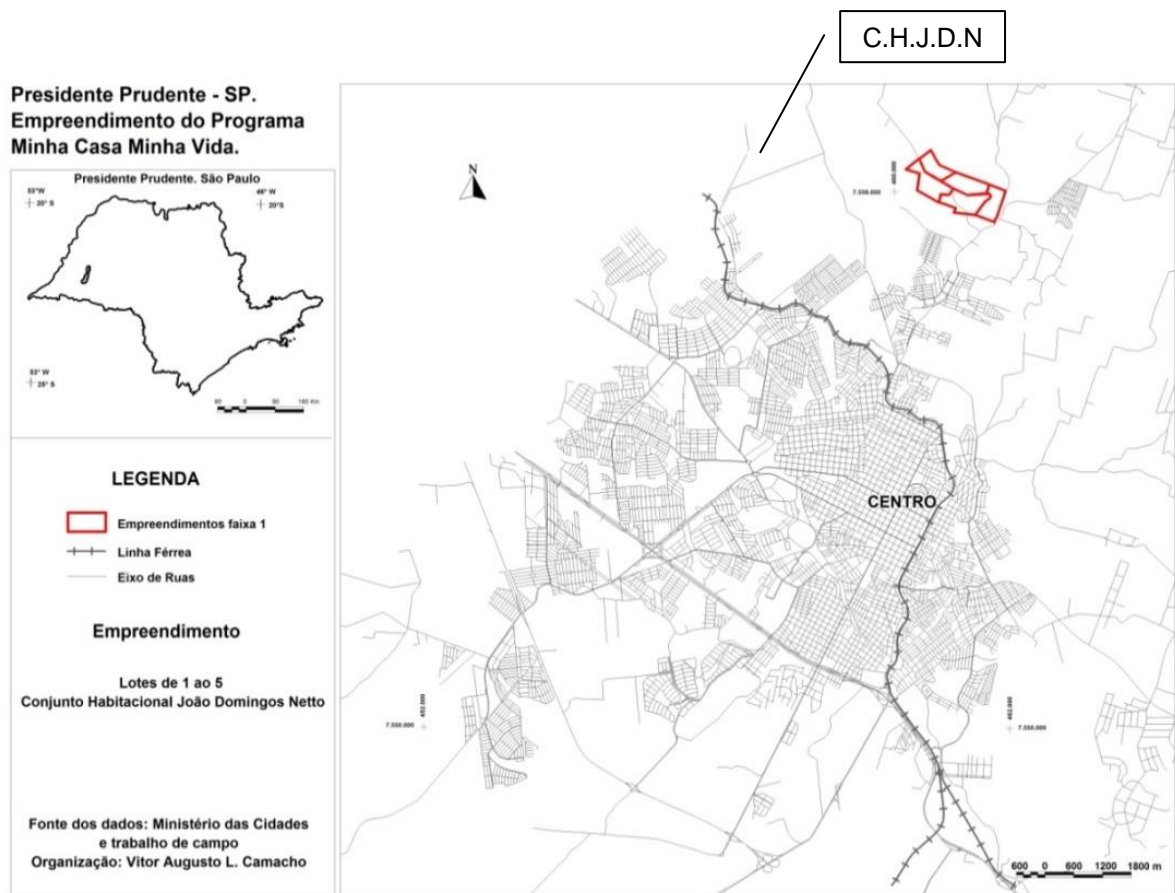
O papel que a mulher representa atualmente no mercado de trabalho é uma conquista que se deve não somente a luta contra a desigualdade e preconceito, mas principalmente pela própria valorização e auto-reconhecimento das características que possui e que a diferencia do homem em vários aspectos profissionais, principalmente na liderança.

## **2 APRESENTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO**

O Conjunto Habitacional João Domingos Netto, está localizado na Zona Norte do Município de Presidente e integra o Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, do Governo Federal em parceria a Caixa Econômica Federal e o Município, destinado à construção de Unidades Habitacionais à população de baixa renda.

Antes do mesmo ser nomeado por Conjunto Habitacional João Domingos Netto, pela Lei Municipal nº 5987/2003, era reconhecido como bairro KM 6, constituído por pequenas propriedades rurais que foram compradas e loteadas pela Prefeitura Municipal, que posteriormente destinou para a construção de habitações do programa habitacional minha casa minha.

**FIGURA 1 – Conjunto Habitacional João Domingos Netto.**



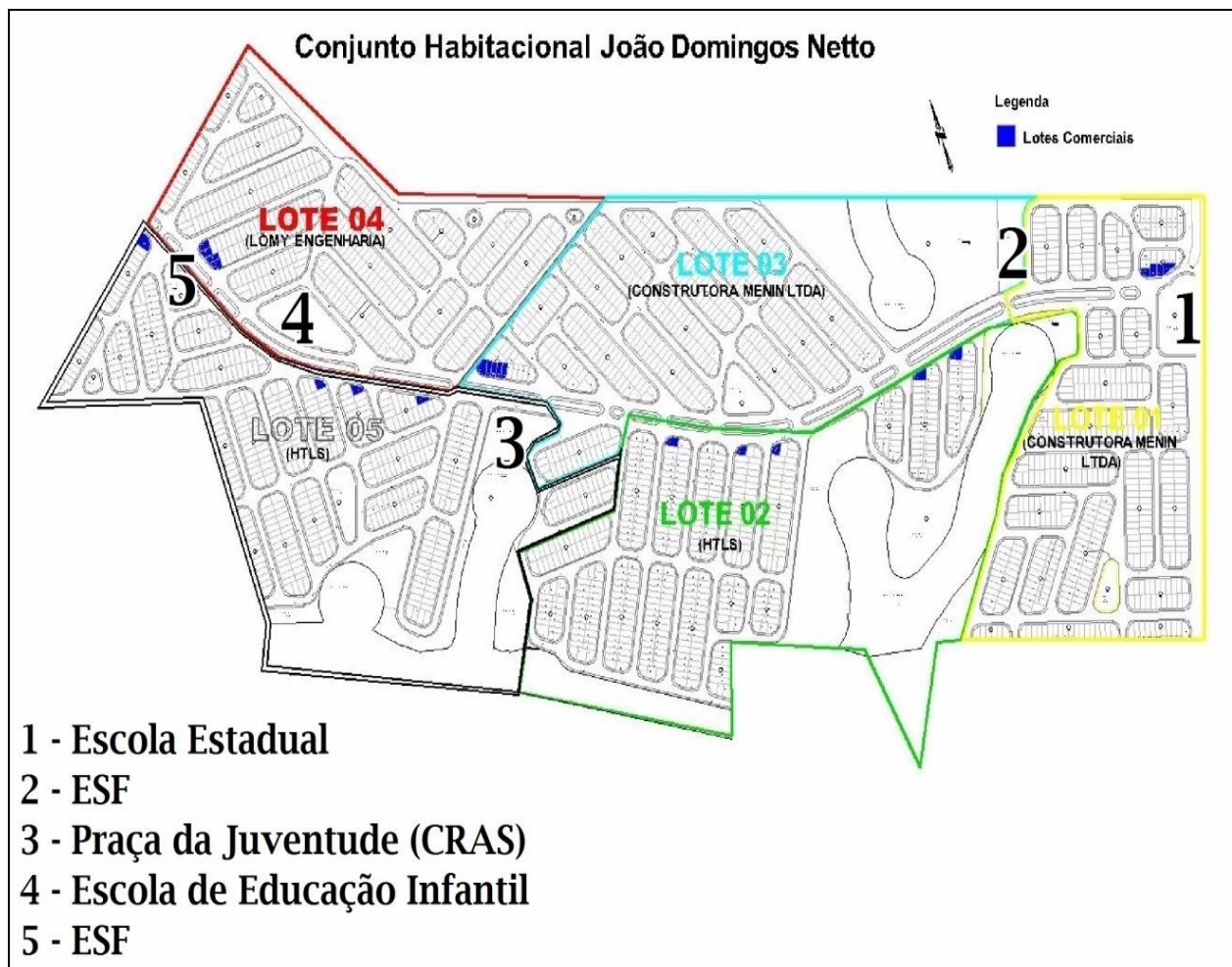
Fonte: Elaborado por Vitor Augusto Luizari Camacho.

Ainda de acordo com dados apresentados pelo diagnóstico realizado pela Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria, o Conjunto Habitacional João Domingos Netto está localizado em um território com índice de baixa exclusão social, por ser território novo, ainda sem população habitante e mapeamento de suas demandas, porém em contrapartida, em um entorno com índice de média e alta exclusão social, indicador este que requer atenção por parte das políticas públicas.

O mapa acima apresentado, evidenciou que o indicador de fluxo familiar com maior recorrência refere-se ao território Augusto de Paula, com indicação de 429 famílias procedentes desta área, que segundo a Empresa, trata-se de um território de demarcação de média e alta vulnerabilidade social.

O Conjunto Habitacional João Domingos Netto é composto por cinco lotes, subdivididos em áreas habitacionais; áreas comerciais; áreas institucionais, área verde; área com Estação de Esgoto e áreas de preservação permanente como mostra a planta a seguir fornecida pela Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria.

**FIGURA 2 – Planta do Conjunto Habitacional.**



FONTE: Secretaria de planejamento de Presidente Prudente.

Em um universo de 2368 lotes, serão destinadas 2344 para moradia. Considerando a média de 04 pessoas por família, estima-se que o Conjunto Habitacional João Domingos Netto irá atender uma média de 9.376 pessoas (TREVISAN ASSESSORIA E CONSULTORIA, 2015).

### **3 EMPREENDEDORISMO FEMININO NO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO**

#### **3.1 Política de Habitação**

Com a chegada dos portugueses ao Brasil houve uma mudança na forma de organização das comunidades que viviam aqui. A organização da moradia indígena (oca) e a aldeia (taba) foram substituídas por casas separadas e dispostas por hierarquias, e a formação das comunidades, que antes eram circulares, tornou-se um arranjo espacial formado por uma igreja no centro com uma praça na frente, e casas e edifícios ao redor. Essa modificação na forma de organização se deu porque os jesuítas acreditavam que a moradia coletiva era amoral e impura. Este processo de mudança se deu de forma arbitrária através da violência militar, econômica e cultural. Maricato (1997, p.10), afirma: “em 1500, a ação da colonização portuguesa representou uma asfixia na forma de habitar e de viver em comunidades”.

Durante o período colonial não havia preocupação com saneamento básico e nem com estabelecimento de normas urbanísticas para as cidades brasileiras. O processo de habitação no Brasil perpassou por uma visão restrita de moradia, sem se preocupar em fazer articulações com outras políticas sociais. Segundo Fernandes e Silveira (2015, p.03),

Na contemporaneidade, a concepção da política nacional de habitação tem como premissa a garantia de moradia digna que contemple a inserção urbana, infraestrutura, equipamentos comunitários, uma ideia que vai além de habitação apenas como “casa” englobando o direito de habitar com dignidade.

Com a constituição da república (século XIX), o aumento da população nas cidades trouxe como um dos problemas a moradia para a classe pobre trabalhadora que, numa concepção higienista, ficou afastada das áreas centrais. Para Maricato (1997) é nesse período, consolidando-se no século XIX, que se inicia uma modernização excludente que investe no cenário da cidade oficial, com consequente segregação e diferenciação na ocupação da terra e na distribuição de equipamentos urbanos.

Segundo Santos (1999), a partir dos anos de 1950, o aumento do êxodo rural, a industrialização e o rápido crescimento da população brasileira potencializaram a demanda por habitação. Porém, não haviam políticas públicas preparadas para atender a demanda de pessoas. A partir disto, atrelado aos problemas de habitação, surgiram problemas de saneamento básico, energia, água, desemprego e subemprego, segurança, insalubridade e poluição.

Com esse crescimento exacerbado da população urbana complicou ainda mais a questão de moradia, o que pode ser notado pelo crescimento das favelas, entre outros modos de ocupação irregulares, nas principais capitais do país. Com os estudos sobre as favelas é que a questão da habitação passou a ser estudada de forma mais sistêmica. Assim,

No Brasil, as iniciativas políticas no campo da habitação de interesse social, na última metade do século XX, caracterizaram-se pela descontinuidade e, sobretudo, foram implementadas sem ancoragem em políticas de desenvolvimento urbano. Elas pouco atenderam as populações urbanas de baixa renda, revelando-se inócuas frente à expansão das periferias das grandes cidades com seus assentamentos informais e o crescimento descontrolado de suas favelas e cortiços. Algumas das soluções adotadas, na época, também se mostraram perversas, como os grandes conjuntos habitacionais construídos por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) nas periferias distantes da cidade, criando, assim, vazios urbanos que serviram para a especulação e mais valia e, alijando seus moradores da própria cidade (BRASIL, 2014, p.23).

Desde a primeira iniciativa em 1930 com as Cooperativas de Casa até o lançamento do Programa “Minha Casa, minha vida” observa-se um grande avanço no delineamento dos programas e ações governamentais. A criação de fundos que garantem o financiamento do setor habitacional, os subsídios para famílias de baixa renda, a distribuição de recursos tendo o déficit como critério, a participação social e o planejamento da política federal, estadual e municipal são alguns dos avanços que

merecem destaque na gestão da política habitacional em vigor.

Historicamente percebe-se também que as ações da política habitacional privilegiaram classes mais favorecidas economicamente na alocação dos recursos, desde e principalmente no período BNH.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, apesar do grande avanço que proporciona em relação aos programas habitacionais anteriores, ainda é orientado pela CEF que, historicamente, favorece uma classe já privilegiada. Cabe então, ficarmos atentos a como os recursos têm sido utilizados, e quem está sendo contemplado com as moradias.

### **3.4 Trabalho Técnico Social**

O trabalho social foi assumido como parte integrante do projeto habitacional desde o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), iniciado em 1999.

Dessa forma:

o Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p.05).

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MCIDADES), o trabalho técnico social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação, estendendo esta exigência aos demais programas em que o MCIDADES concedesse recursos a fundo perdido e àqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios. Ratificou-se, então, essa determinação e generalizou-se a inclusão do Trabalho Técnico Social Integrado nos programas habitacionais de interesse social (BRASIL, 2014).

É com fundamento na nova política habitacional que se inscreve o nosso debate sobre o trabalho técnico social Integrado, constitutivo dessa política. De acordo com isso, as diretrizes do trabalho técnico social ratificam:

- projetos integrados por ações físicas e sociais, que incluem o controle da questão ambiental e a regularização fundiária;
- conteúdo mínimo exigido para o trabalho social voltado para os eixos de mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento socioeconômico;
- trabalho social exigido na fase antes das obras, durante as obras e na fase do pós-obras (consultar Portaria nº 21/2014).

Portanto, as intervenções públicas na área de habitação devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e que objetive a promoção da inclusão social, do acesso à cidade e aos serviços públicos, e que estimule a participação cidadã. Os processos e ações implementados pela via do trabalho social dão ancoragem e direção a programas de enfrentamento à desigualdade social e sustentabilidade dos programas de Habitação de Interesse Social (HIS). (PAZ; TABOADA, 2010, p.71 apud BRASIL, 2014, p.25).

Sendo assim, entende-se que o trabalho técnico social é de extrema importância no que se refere à orientação dos mutuários sobre os diversos tipos de serviços que funcionará no local ou no entorno. Dessa forma são eixos estruturantes do trabalho técnico social definidos pela caixa:

- Mobilização Comunitária,
- Participação Comunitária e
- Desenvolvimento Sócio Organizativo,
- Empreendedorismo,
- Educação
- Remoção Reassentamento.

Enfatizando o eixo do empreendedorismo em suas ações de capacitação profissional, está colocado que:



Qualificar /capacitar a população beneficiária para o mercado de trabalho, bem como para a formação de grupos produtivos e empreendedorismo (associações, cooperativas de produção e serviços, microempresa, empreendedor individual e outros). Implementar ações de desenvolvimento pessoal (alfabetização, línguas, informática etc. (COST.2010.p 8).

### 3.3 Portaria 21

O Ministério das Cidades expediu neste ano de 2014 a Portaria nº 21

Contendo as instruções do trabalho técnico social em seus programas e suas ações. Dessa forma, nesta portaria encontra-se as diretrizes, as especificações e os procedimentos normativos para sua consecução.

As diretrizes de 2014 (BRASIL, 2014, p.27-28) introduziram novos conceitos e procedimentos dentre os quais destacam-se:

- Participação: Quer-se uma ampla e ativa participação de moradores, coletivos, redes sociais existentes nas comunidades afetadas pela intervenção habitacional. É preciso dar voz às populações para que expressem seu cotidiano no território: as ausências, as potências e os arranjos urbanos de que se valem e de quais aspirariam valer-se. Para tanto, é necessário reconhecer que a população detém saberes cunhados em suas trajetórias de vida urbana imprescindíveis na formatação de projetos urbanísticos habitacionais. Quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política. Os moradores são competentes na produção de um diagnóstico urbano social quando há espaço para fruição e intercâmbio entre o conhecimento vivido e o conhecimento técnico.

- Microárea e macroárea: Abrangência do trabalho social no território: a novidade é que o trabalho social não recai apenas na microárea onde a intervenção física ocorre, mas inclui a macroárea onde se dá a integração territorial da população-alvo em seu novo habitat. Esse conceito é chave para se produzir efetividade à intervenção. Não basta assegurar uma nova condição de moradia se ela não estiver atrelada a processos de inclusão nas malhas e redes sociourbanas. Nesse contexto, é que o trabalho social contempla a microárea de intervenção e a macroárea para assegurar a inserção sociorrelacional e produtiva dos moradores, assim como fortalecer o sentido de pertencimento à cidade.

- Intervenções de saneamento e Habitação: O trabalho social estende-se às intervenções de saneamento e habitação assim como a “todos os demais programas geridos pelo MCIDADES que envolvam deslocamento involuntário de famílias, situação em que o Trabalho Social deverá obrigatoriamente atendê-las, sendo facultativa a expansão do atendimento às famílias da macroárea” (BRASIL, 2014, p.07).

- Destinatários do Trabalho Social: Ampliou-se o foco sobre os destinatários do trabalho social em programas habitacionais de interesse social: Nos empreendimentos de habitação e saneamento, todas as famílias beneficiárias residentes na área de intervenção deverão ser contempladas com as ações do Trabalho Social. As ações específicas da Fase de Pós-Intervenção deverão ocorrer tanto com os beneficiários da área de intervenção quanto com os da área de reassentamento, quando houver. As famílias moradoras da macroárea também poderão ser incluídas nas ações do Trabalho Social, desde que não cause alteração dos valores de investimento previstos. As entidades da sociedade civil da macroárea que tenham como público os moradores da área de intervenção também poderão participar das ações do Trabalho Social (BRASIL, 2014, p.08).

### **3.4 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)**

Criado através da medida provisória nº 459 de 25 de março de 2009, pelo Governo Federal, destinado a reduzir o déficit habitacional no Brasil, estimado no ano de 2007 em 6.273 milhões de domicílios dos quais, 5.180 milhões o equivalente a 82,6%, localizados nas áreas urbanas, mais precisamente nas famílias de baixa renda de 0 a 3 salários. O Governo Federal instituiu por meio da Lei Federal nº 11.977 de 7 de julho de 2009, o “Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV”, o qual criou mecanismos para produção, aquisição e reforma de unidades habitacionais para famílias com renda bruta mensal de até 10 salários mínimos (CEF, 2015a).

O PMCMV é conduzido pelo FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, em parceria com os Estados e Municípios, para os quais o Governo Federal disponibilizou inicialmente 14 bilhões de reais, com o compromisso destes de cadastrar as famílias que se beneficiariam do programa. Estas podem estar organizadas de forma associativa por uma entidade organizadora (cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos). São priorizados entre os interessados, mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais, idosos e populações em vulnerabilidade social. A CEF não analisa se o beneficiário em adquirir o imóvel tem restrições cadastrais para a concessão de financiamento, visto que a prioridade é eliminar o déficit habitacional do país (CEF, 2015a).

Assim, o Programa Minha Casa, Minha Vida é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com os Estados, Municípios e a Iniciativa Privada, e tem por objetivo construir um milhão de moradias para as famílias com renda até três salários mínimos. A parcela mínima do financiamento é de até R\$50.00 (cinquenta reais).

O programa minha casa, minha vida é tão importante quanto foram às iniciativas do BNH (Banco Nacional de Habitação). Programa dessa natureza além de atender famílias de baixa renda cadastradas no CAD único que é a condicionalidade prioritária para o cadastro da família, promovendo também uma grande revolução no setor da construção civil no País além de está gerando mais emprego e renda justamente neste setor.

A construção das unidades habitacionais ocorre a partir da contratação de empreendimentos em condomínio ou em loteamento, constituídos de apartamentos ou casas. As especificações dos empreendimentos estão dispostas nos documentos s Especificação para Empreendimento Transição Apartamento, Especificação para Empreendimento Apartamento, Especificação para Empreendimento Transição Casa e Especificação para Empreendimento Casa (CEF, 2015b).

A execução das obras do empreendimento é realizada por Construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados.

Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

De acordo com a Cartilha da Secretaria Nacional de Planejamento Urbano (SNPU, 2010):

A instituição do Programa Minha Casa Minha Vida (Lei nº 11.977/09), e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contam com recursos para obras de infraestrutura social e urbana, passaram a exigir dos municípios a aplicação das estratégias de ordenamento territorial definidas nos Planos Diretores.

Os modelos de financiamento do PMCMV têm estimulado a diversidade de ocupação, pois além da população de baixa renda, indicadas e selecionadas pelo município ou Governo do Estado/Distrito Federal, que pode optar por financiamento de casas populares em conjuntos habitacionais planejados pelo

poder público, há garantia de adequação para todas as classes, inclusive o aproveitamento de áreas urbanas com infraestrutura básica já existente, acesso a transporte, comércio, escolas, praças etc.

As Instituições que participam do Programa são:

- Caixa Econômica Federal – Instituição financeira responsável pela definição dos critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do Programa, bem como pela definição dos critérios técnicos.
- Ministério das Cidades – Responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.
- Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - Em conjunto com o Ministério das Cidades, poderá rever anualmente, os limites de renda familiar dos beneficiários e, ainda, fixar, a remuneração da CAIXA, pelas atividades exercidas no âmbito do Programa.
- Distrito Federal, Estados e Municípios ou respectivos órgãos das administrações direta ou indireta, que aderirem ao Programa - Tem sua participação estabelecida por meio de assinatura de Termo de Adesão com a CAIXA, visando assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas prioritizadas para implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte de recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados.
- Empresas do setor da Construção Civil - Participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do Programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.

### **3.5 As Mulheres e o Mundo do Trabalho**

No que se refere ao mercado de trabalho, atualmente, a mulher vem alcançando muitas conquistas e avançando quanto aos seus direitos.

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista trouxe inúmeras mudanças, tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho, especialmente para a mão-de-obra feminina. O sistema de produção manufatureira e, posteriormente, fabril, o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria vão afetar os trabalhos femininos, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas a domicílio, aumentando a força de trabalho feminino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho começou a ganhar espaço, como trabalhadora pública, com o advento da Revolução Industrial e a consequente introdução da máquina a vapor. A mulher foi lançada no mundo econômico pelo capitalismo, por isso, as referências às sociedades pré-capitalistas e socialistas se tornam necessárias. Estas referências, entretanto, objetivam tão somente ressaltar “o caráter contrastante existente entre os papéis sociais da mulher nessas formações sociais e na sociedade de classes” (SAFFIOTI, 1979, p.15).

No sistema de produção capitalista - onde os meios de produção estão apropriados por uma minoria – origina-se a dominação e a exploração dos trabalhadores. Conseqüentemente, a mulher é vítima desse sistema e apresenta-se como fator principal e tradicional da sociedade patriarcal: dominação e submissão. O capitalismo automaticamente dá margem à exploração também da mulher, não lhe concedendo o livre arbítrio social, como lhe é dado na Constituição Federal de 1988. Nesse aspecto, a mulher é afetada em dupla dimensão, tanto no nível superestrutural como no plano estrutural; como trabalhadora a mulher é tratada em segundo plano, com raras exceções.

Portanto, a sociedade na verdade é cultural, privou a mulher da igualdade com os homens, discriminando-a não somente de fato, mas também no plano formal do direito, quando ela própria, pelo recurso à técnica e à máquina, eliminou, antes que qualquer outra sociedade o fizesse, “uma real desvantagem do elemento feminino em face do masculino: a da força física” (SAFFIOTI, 1979, p.64).

O processo de participação da mulher em determinados sistemas é bem diferente:

Enquanto o capitalismo caminha no sentido da privatização e da concentração da propriedade, para atingir sua fase de maturidade (fase monopolista), o socialismo caminha em direção à coletivização desta mesma propriedade. Nestes termos, pode ser inteiramente correto relacionar a igualdade social completa entre os sexos e o desenvolvimento econômico-social das sociedades socialistas. Nas sociedades capitalistas, ao contrário, a maturação das forças produtivas determina uma estagnação ou um reflexo da mão-de-obra feminina efetiva (SAFFIOTI, 1979, p.68).

Entretanto, a modernização e o desenvolvimento capitalista acentuam a subordinação das mulheres na sociedade de classe.

Todavia, observa-se que a participação feminina no mercado de trabalho tornou-se uma questão central: à medida que os homens são expulsos da força de trabalho nos setores modernos, mulheres que não trabalhavam anteriormente, eram crescentemente incorporadas ao comércio e indústria. Desde o

final do século XIX, as mulheres tornaram-se o principal reservatório de mão-de-obra, e representavam “o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares” (BRAVERMAN, 1987, p.40).

### 3.6 Empreendedorismo

O tema empreendedorismo parece não ser tão antigo quanto é, mas, segundo Hisrich e Peters (2004), existe desde a idade média, tendo a palavra se originado do francês, com o significado de “estar entre”.

Em decorrência da dimensão que o tema abrange e da relação que ele tem com as outras áreas da organização, pode-se afirmar que não existe apenas um conceito para definir empreendedorismo, mas, sim, inúmeros.

A ideia de espírito empreendedor está de fato associada a pessoas realizadoras, que mobilizam recursos e correm riscos para iniciar organizações de negócios. Embora existam empreendedores em todas as áreas da atividade humana, em seu sentido restrito da palavra designa a pessoa que cria uma empresa (MAXIMIANO, 2006, p.01).

No senso comum, ao tratar do tema empreendedorismo, logo se tem em mente a formação de uma organização. Embora existam vários fatores associados a esse assunto, a essência continua sendo norteadada pela criação de novos negócios e a disponibilidade de enfrentar as adversidades que possam ocorrer.

Conforme Hisrich e Peters (2004, p.27), “o empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor”, ou seja, empreender não é copiar e sim, inventar e fazer acontecer, fazer valer.

Normalmente, quando se percebe um empresário ou mesmo um indivíduo leigo investir em um negócio arriscado ou inovador, diz-se que esta pessoa tem espírito empreendedor. Mas, segundo Shumpeter (1982 apud SEIFFERT, 2005, p.17), e de acordo com o mencionado anteriormente, o conceito de empreendedorismo vai, além disso. O autor esclarece que “não consiste essencialmente em inventar nada ou criar condições para serem exploradas”, mas incide “em fazer as coisas acontecerem”.

Pode-se, de certa forma, comparar o empreendedorismo com um jogo de futebol, onde não basta apenas o jogador fazer passes magníficos com a bola. Há, sim, de fazer o gol para ser diferente e demonstrar valor, além de criatividade e ginga.

O empreendedor, segundo comenta Dolabela (1999), além de ser capaz de desenvolver uma visão, precisa trabalhar com energia, perseverança e uma grande dose de paixão. Empreender exige trabalho árduo e, muitas vezes, surgem armadilhas, obstáculos e solidão no caminho, mas o empreendedor não pode se deixar abalar, pelo contrário, deve trabalhar com determinação e garra, convencendo colaboradores, sócios e investidores de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro.

Para tornar um projeto realidade, o empreendedor busca identificar oportunidades e, acreditando fielmente nos resultados que podem ser alcançados, une os recursos necessários e os transforma em um negócio lucrativo, não sendo o lucro o objetivo em si mesmo, mas sim vendo o dinheiro como uma medida de desempenho.

Empreender é um processo de constante inovação e evolução, pois o novo está constantemente presente nas atividades de quem tem este espírito, e cada descoberta pode se referir a uma infinidade de elementos, o que, conseqüentemente, facilita em gerar novas oportunidades, novas formas de desenvolver o dia a dia. Por isso, segundo Dolabela (1999, p.36), “empreender com sucesso significa ser capaz de desenvolver um potencial de aprendizado e criatividade, junto com a capacidade de implementá-lo em velocidade maior que o ritmo de mudança no mercado”.

Pode-se afirmar que, quando as pessoas e as áreas ligadas ao empreendimento se integram e o empreendedor instiga aqueles que estão ao seu redor para que aprendam a cada dia, busquem novos conhecimentos e atuem de modo criativo, há efetividade do empreendimento e com maior agilidade.

Maximiano (2006, p.03) afirma que “ser empresário ou ter uma empresa é diferente de ser empreendedor”. O empresário sempre vai estar presente em qualquer organização, porém, a figura do empreendedor pode, muitas vezes, estar ausente embora seja essencial para a continuidade e crescimento de um

empreendimento. O empreendedor apresenta o lado criativo e, ao mesmo tempo, prático da empresa; por isso o autor menciona que “todo o empresário deve ser continuamente empreendedor”.

Nessa mesma linha, há convicção em afirmar que a administração e o empreendedorismo não podem ser tratados como temas distintos, pois um complementa o outro. Para melhor exemplificar: um administrador formado precisa ter características empreendedoras para atuar no mercado de trabalho, ao passo que o empreendedor, ao lançar seu próprio negócio, deve ter em mente, ao menos, os conceitos básicos de um administrador. Caso contrário, ambos comprometerão o alcance dos seus objetivos.

A cultura empreendedora deveria estar presente no ensino de todas as escolas no intuito de estimular o desenvolvimento da sociedade, uma vez que, tendo indivíduos preocupados em criar e inovar, muitas ideias surgiriam, várias oportunidades seriam identificadas e, em consequência, a busca por recursos também, ou seja, a busca por fazer acontecer seria natural. Haveria mais profissionais preocupados com o desenvolvimento social, tecnológico e econômico, ao invés de cidadãos que só pensam na chegada do final de semana ou sempre esperando que as férias cheguem logo para ausentar-se do trabalho.

Além do mais, algumas armadilhas poderiam ser evitadas, pois, segundo Dolabela (1999, p. 33), “a regra é falir, e não ter sucesso”. O aprendizado na área tem o objetivo de fundamentar as decisões na tentativa de impedir surpresas desagradáveis, pois ter uma grande ideia e recursos para colocá-la em prática não significa que o sucesso esteja garantido. É preciso ter embasamento, analisar e acompanhar o processo, ou seja, estar atento às mudanças, possibilitando melhorar ou até mudar as estratégias a fim de não cair no “sufoco” e dar-se conta tarde demais.

É importante ressaltar que o empreendedorismo tem papel essencial no desenvolvimento econômico já que envolve mudança na sociedade e na estrutura do negócio, sendo acompanhado por crescimento e por maior produção.

### **3.6.1 Empreendedorismo feminino**



As mulheres vêm mudando seu perfil e principalmente sua ocupação na sociedade, o que antes era visto apenas como sexo frágil, e exclusivamente responsável pela difícil tarefa de educar e disponibilizar ao mundo cidadãos e, até mesmo que involuntariamente, prepará-los para serem empreendedores. Hoje ganha espaço para competir de forma igualitária.

A revolução industrial é um dos pontos de partida para a participação efetiva da mulher no mercado de trabalho, sem falar nos primórdios da história com sua contribuição ao lado dos homens. Durante as guerras mundiais com o desfalque de homens na sociedade, as mulheres puderam mostrar um pouco do que eram capazes, ocupando as vagas disponíveis pela ausência dos homens. Nesse período começou os primeiros movimentos feministas em busca de igualdades de trabalho.

Na década de 80, as mulheres ganharam força em movimentos sindicais no Brasil. Atualmente ainda, percebe-se a desigualdade entre os gêneros, mas não se pode deixar de salientar que as mulheres vêm conquistando seu espaço de forma eficaz. É perceptível, talvez por conta da genética, que as mulheres têm uma sensibilidade maior, comprometimento, e empatia, derivados do instinto materno.

Empreender em setores cujas atividades sejam prazerosas e com conhecimento técnico, possibilita uma grande probabilidade de acertos, segundo Dogen (1989, p.28):

São raros os hobbies que não representam oportunidades. É sem dúvida, a forma mais agradável de desenvolver um negócio próprio.

Existem importantes diferenças entre os estilos de empreender masculinos e femininos. Elas têm uma ótima capacidade de persuasão e se preocupam com clientes e fornecedores, o que contribui para o progresso da empresa.

A capacidade que as mulheres têm de unir a vida profissional com a pessoal, é a grande chave do empreendedorismo na atualidade. As várias atividades que executam com diversas responsabilidades (casa, marido, filhos e trabalho).

Segundo Villas Boas (2010, p.51) “Existem importantes diferenças entre os estilos de empreender masculino e feminino. Elas têm uma ótima capacidade de persuasão e se preocupam com clientes e fornecedores, o que contribui para o progresso da empresa”, o que se torna um diferencial em relação aos homens e de acordo com Grzybovski et. al. (2002, p.190):

A mulher consegue construir um sentimento de comunidade, por meio do qual os membros da organização se unem, e aprendem a acreditar e a cuidar uns dos outros. As informações são compartilhadas e todos os que serão afetados por uma decisão têm a oportunidade de participar da tomada desta decisão.

Além dessas características as mulheres vêm assumindo um estilo de administrar antes comum apenas ao universo masculino, como a competitividade, liderança, ambição, capacidade de assumir riscos, aceitação de mudanças, possuindo um pensamento analítico e objetivo, independência e autoconfiança. Mas é importante frisar que essa tendência é adaptável ao estilo próprio das mulheres como uma liderança democrática, como menciona Robbins (2000) apud Grzybovski et. al. (2002).

As mulheres encorajam a participação, a partilha do poder e da informação e tentam aumentar a auto-estima dos seguidores. Preferem liderar pela inclusão e recorrem a seu carisma, experiência, contatos e habilidades interpessoais para influenciar os outros. [...] (ROBBINS, 2000, p.413 apud GRZYBOVSKI et al., 2002, p.191).

O estilo empreendedor feminina ressalva aspectos importantes sobre os valores humanos demonstrando eficiência, e igualdade social. Os funcionários liderados por empreendedoras demonstram um sentimento de acolhida, respeito, quebra de conflitos no ambiente interno, solução de problemas, o que gera um aumento e satisfação dos consumidores internos e provavelmente o externo também.

Percebe-se a importância das mulheres como empreendedoras para a sociedade na sua participação econômica, uma vez que gera empregos e renda, na sua contribuição para a sociedade moderna, onde conseguem administrar as várias jornadas entre trabalho e família, tornando-se um exemplo de autonomia. Deixando para trás o estigma e a rotulagem de sexo frágil, que carregavam consigo junto com a omissão de não lutar para uma vida que desejavam.

### **3.7 Proposta de Intervenção**

Cada vez mais a mulher tem mostrado sua capacidade para atuar em diversas funções, e como empreendedora não tem sido diferente, ela está cada dia mais presente na atuação de pequenas e grandes empresas.

Diante deste cenário, esta proposta de intervenção tem por objetivo mostrar a possibilidade de se criar uma Rede de Comercialização Solidária de produtos alimentícios. Por meio desta Rede, as mulheres poderão comercializar seus produtos, sem a necessidade dos atravessadores – intermediários -, efetuando as vendas diretamente para os clientes em espaço próprio, feiras, ou em outros canais.

Atualmente, as transformações sociais e econômicas mudaram o foco e a dinâmica das organizações. As questões de gênero destacam-se neste novo contexto ao influenciar de forma marcante todos os modelos de organização e o mundo produtivo, desde as grandes empresas, passando pelo aparato político-institucional chegando às micro e pequenas empresas. Tendo, inclusive, características específicas para cada localidade.

Ressalta-se que este é um campo de estudo ainda em construção. Apesar das várias pesquisas relatadas, o estudo do gênero e empresas de micro e pequeno porte ainda é visto de forma limitada e marginal pelas instituições de pesquisas no campo dos estudos organizacionais — muito embora precisa ser construído e consolidado para que se possa esboçar conclusões claras sobre o impacto das mulheres empreendedoras nas organizações brasileiras.

Também é preciso aprofundar os estudos sobre as competências necessárias para que a mulher possa atuar de forma mais consistente na construção de organizações adaptadas ao contexto e às culturas das diferentes localidades e que respeitem sua diferença.

Somente a partir do desenvolvimento e consolidação deste campo de estudo é que ficará mais claro o impacto da atuação do gênero nas questões organizacionais e na gestão de MPE's. Estes resultados permitirão a formulação de políticas públicas voltadas para solução dos desafios e entraves na atuação das mulheres empreendedoras, seja através do fomento e desenvolvimento dos seus negócios, pela disseminação de uma cultura empreendedora, facilitação ao acesso

de linhas de crédito, formação/capacitação de pessoal, promoção e acesso a novas tecnologias, seja através de outras ações que possam brotar do mapeamento da realidade em questão.

### **3.7.1 justificativa**

A justificativa desta proposta está no fato do empreendedorismo ser um dos temas principais hoje no mundo dos negócios e ser a chave para a gestão moderna no atual cenário econômico. Diante essa realidade, cresce o investimento nos estudos acadêmicos visando incentivar e ampliar essa atividade no âmago da sociedade como também, a cerca dos estudos referente à atividade empreendedora do gênero feminino.

Nesse sentido, também a mulher vem surpreendendo, através da sua revelação como dotada de características que demonstra habilidade para esse campo de atividade. Entretanto, ela ainda enfrenta barreiras diversas em sua trajetória. Essa realidade motivou a busca por informações que traduzissem esse fenômeno.

Dessa forma, é procurando conhecer sua realidade e importância no mercado e sociedade que nos propomos a realizar este projeto de intervenção, investigando as informações geradas sobre seu desempenho e buscando dados que esclareçam essa realidade junto à comunidade do conjunto Habitacional João Domingos Netto.

Mais sensíveis, porém não significando fragilidade, as mulheres mostram ao mundo que algumas características inerentes a suas personalidades acabam tendo de diferencial para a resolução de problemas ou para o aproveitamento de uma nova oportunidade.

Uma maior preocupação com os detalhes, maior sensibilidade, tranquilidade na medida certa, dentre outros elementos, fazem com que a mão-de-obra feminina e, principalmente, a empreendedora feminina, obtenha maior sucesso em suas ações.

### **3.7.2 Objetivos**

Propor um plano de capacitação para as mulheres em gestão do pequeno negócio, visando à autonomia socioeconômica, com igualdade no mundo do trabalho, para promover oportunidades concretas de inserção das trabalhadoras no ramo alimentício, contribuindo para o incremento de geração de trabalho, emprego e renda na perspectiva da qualidade pedagógica e da expansão da cidadania, enfocando a inter-relação entre a empregabilidade, a ocupação profissional, educação, e o empreendedorismo.

### **3.7.3. Objetivos específicos**

- Levantar o perfil socioeconômico e demográfico das empreendedoras;
- Investigar, junto às mulheres empreendedoras, o conhecimento das mesmas sobre o recebimento de orientação empreendedora para abertura de seu negócio;
- Compreender a percepção das empreendedoras sobre os desafios enfrentados no mundo corporativo como, preconceito; discriminação; desigualdade salarial; e também como estas mulheres percebem suas lideranças num espaço tipicamente masculino.
- Incentivar as mulheres a participarem de programas de capacitação. Os cursos oferecidos a princípio serão de marketing (logotipo, cartão, facebook) e sobre a legalização delas enquanto empresa (através do Microempreendedor Paulista – MEI, curso ministrado pelo SEBRAE).

### **3.7.4 Público-alvo**

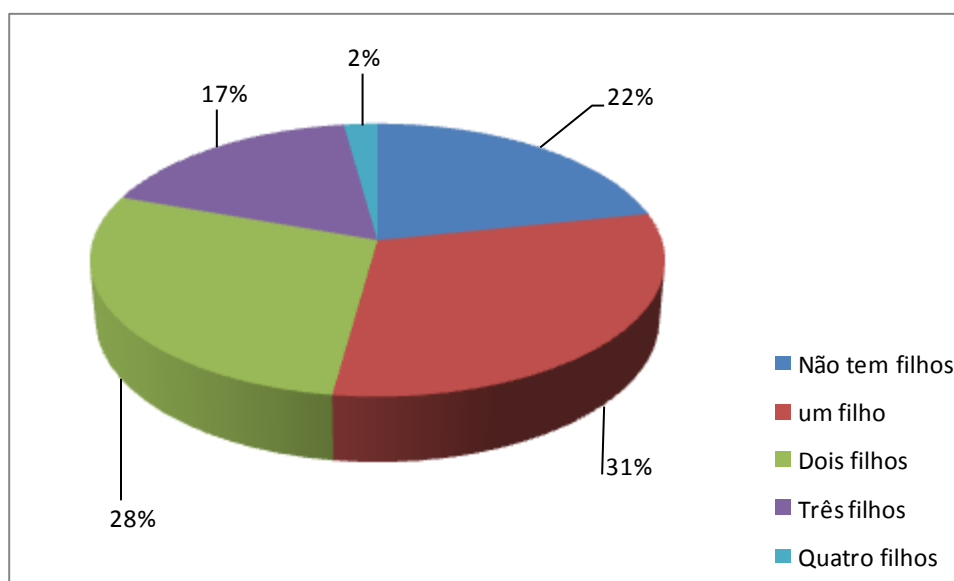
O público-alvo destina-se as mulheres que prestam serviços informais no Conjunto Habitacional João Domingos Netto.

Através de amostragem de 785 caracterizações que foram feitas com as mesmas dentre essas, 46 mulheres prestam serviços informais (11 cozinha e auxiliar de cozinha; 24 bolos e confeitaria; e 11 salgados), voltados para área de panificação e confeitaria, e possuem interesse em divulgar seus serviços em um Guia de Serviços.

Essas mulheres são titulares das residências. Este quantitativo reflete significativamente as relações familiares brasileiras demonstrando que as mulheres têm cada vez mais, assumido o papel de chefes de família.

Dessa forma, essas mulheres são chefes de famílias e em sua maioria, possui um filho, conforme mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Número de filhos.

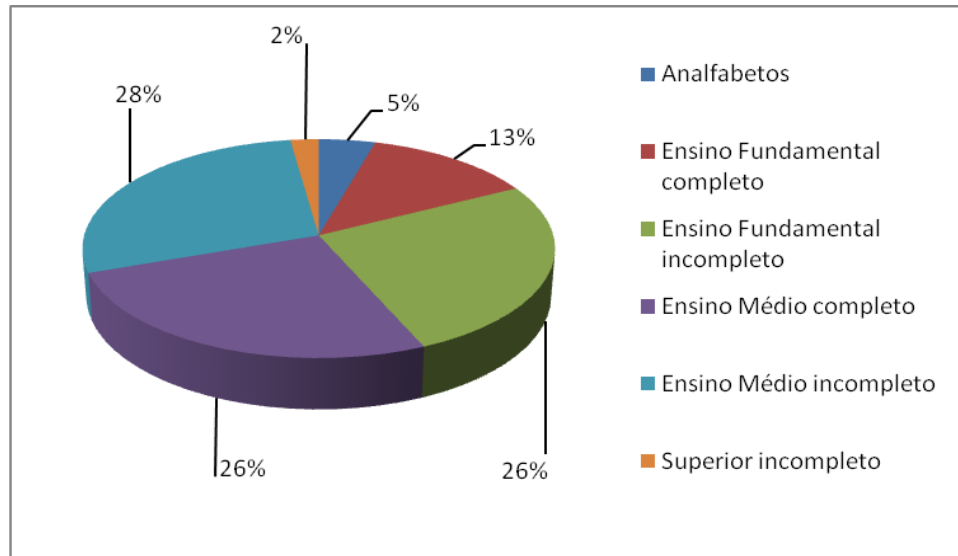


Fonte: construído pela autora

Quanto ao nível de escolaridade, as maiores frequências foram observadas os níveis de escolaridade Ensino Médio incompleto (28%), seguido pelo Ensino Fundamental incompleto (26%) e Ensino Médio completo (26%). Isto espelha a realidade do ensino no Brasil, pois o governo luta para que isto não mais aconteça,

ou seja, a falta de educação no Brasil, tentando nas próximas décadas inverter este quadro.

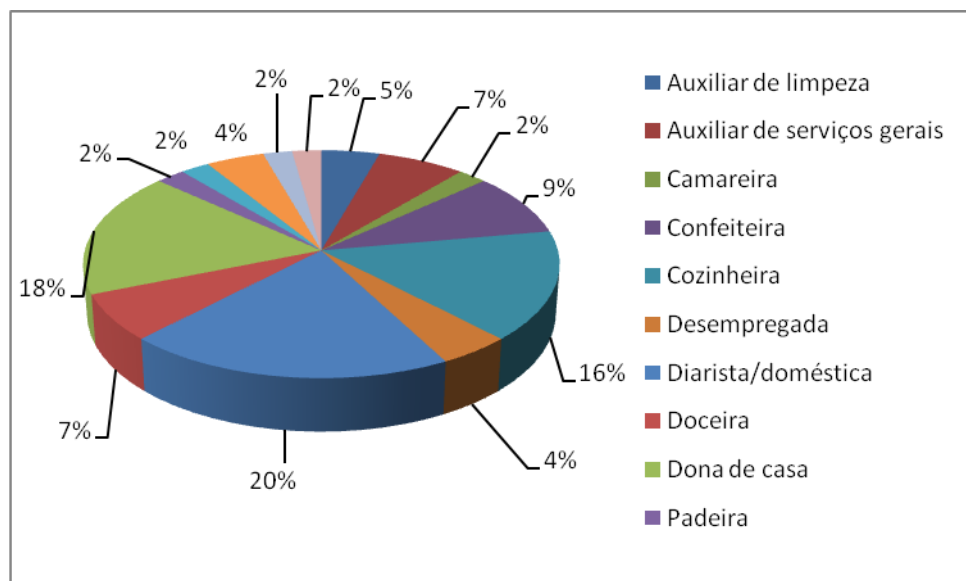
GRÁFICO 2 – Nível de Escolaridade.



Fonte: construído pela autora

O gráfico 3 mostra a atividade profissional das entrevistadas. Neste caso, 20% são diaristas/domésticas.

GRÁFICO 3 – Atividade profissional.



Fonte: construído pela autora

### 3.7.5 Metas

A proposta tem como meta beneficiar 46 mulheres que sofrem com a falta de espaço para a promoção de comercialização das suas produções.

### 3.7.6 Parcerias

As parcerias são de muita importância para o desenvolvimento das ações previstas na atual proposta, assim como para a conservação e sustentabilidade dos progressos que se pretende alcançar com a efetivação deste trabalho. Segue abaixo as parcerias que devem ser estabelecidas:

- Banco do Povo<sup>3</sup>;
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

## CONCLUSÃO

As mulheres enfrentam no mercado de trabalho, um processo permanente de construção e desconstrução, além de quebrarem paradigmas e vencerem preconceitos. Percebe-se que o objeto de estudo sobre o empreendedorismo feminino gira em torno dos motivos que levam as mulheres a empreender e posteriormente os casos de sucessos estimulando outras mulheres a seguirem o mesmo caminho.

É verdade que muitas mulheres ainda não se permitem saírem de casa para trabalhar. Isso, por mais que nos pareça comum, é uma ação lenta e ainda

---

<sup>3</sup> O Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo, conhecido como BANCO DO POVO PAULISTA, é o programa de microcrédito implantado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1998. O Banco do Povo Paulista (BPP) é administrado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) em parceria com as Prefeituras, com o objetivo de promover a geração de emprego e renda, por meio da concessão de microcrédito para o desenvolvimento de pequenos negócios, formais ou informais. Disponível em: <<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>>.



desigual. Percebe-se que uma grande quantidade de mulheres encontra no empreendedorismo além de um progresso para sua sobrevivência e contribuição para evolução da sociedade, encontram a chave para a felicidade, aliando a vontade de ser independente com o sonho de antigo de continuar sendo a matriarca do Lar.

O empreendedorismo feminino no Brasil, ainda se encontra em fase de embrionária, o que se tem feito ainda é pouco. Ações em parcerias entre gestão pública e privada deixam a desejar o desencadear do potencial das mulheres. Mas em contrapartida, individualmente e seguindo um ditado proferido por nossas avós “de grão em grão a galinha enche o papo”, as mulheres vão deixando suas brilhantes contribuições para a sociedade mostrando grandes negócios.

Seja qual for à razão ou a motivação para o empreendedorismo feminino, as mulheres vêm trilhando com “finos saltos” um caminho de sucesso. Deixando marcas e mostrando o norte para outras mulheres a seguirem e encontrarem seu sucesso.

## BIBLIOGRAFIA

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

Caderno de orientação Técnico Social ,2010.

CEF – Caixa Econômica Federal. **Poder Público, Construção Civil e Entidades Organizadoras**. Brasília/DF, 2013a Disponível em: <[http://www.caixa.gov.br/habitacao/mcmv/habitacao\\_urbana/pp\\_const\\_mov\\_soc/index.asp](http://www.caixa.gov.br/habitacao/mcmv/habitacao_urbana/pp_const_mov_soc/index.asp)>. Acesso em: 08 out. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Programa Minha Casa Minha Vida** - Recursos FAR. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/pmcmv/saiba\\_mais.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp)> Acesso em: 08 out. 2015b.

DOGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-hill, 1989.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

FERNANDES, Cássia do Carmo Pires; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos da. **Ações e contexto da Política Nacional de Habitação**: da fundação casa popular ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo27.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

GRZYBOVSKI, Denize; BOSCARIN, Roberta; MIGOTT, Ana Maria Bellani. Estilo feminino de gestão em empresas familiares gaúchas. **Rev. Adm. Contemp.**, v.6, n.2, pp.185-207, 2002.

MARICATO, Erminia. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil**: 1964/1998. Brasília: IPEA, jul. 1999.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SEIFFERT, Peter Quadros. **Empreendedorismo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas**. São Paulo: Atlas, 2005.

VILLAS BOAS, Andréa. **Valor Feminino: desperte a riqueza que há em você** – São Paulo: Ed. Do autor, 2010.